



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e
Tecnológica

ANTONIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO

INCLUSÃO SOCIAL: ALFABETIZAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL

Porto/ TO

2023

ANTONIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO

INCLUSÃO SOCIAL: ALFABETIZAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL

Trabalho Final de Curso apresentado Programa de Pós-graduação *Lato sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientador(a): Dr. Francisco das Chagas de Sousa

Porto / TO

2023

Dedico esse Trabalho Final de Curso às
minhas filhas, ao meu marido, meus pais,
amigos, colegas e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça conquistada, foram muitos obstáculos, mas, superamos com fé e dedicação. Agradeço também, as minhas filhas e ao meu marido, por todo apoio e incentivo, as atividades de uma mãe que é dona de casa, servidora municipal, esposa e estudante não são fáceis, sem o apoio da família seria impossível essa conquista. Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador e aos professores pelo carinho e dedicação, sem a empatia e profissionalismo deles não estaria realizando mais um sonho.

Resumo

Alfabetização na Inclusão Social é um trabalho árduo, há muitas dificuldades e obstáculos para fazer um trabalho de excelência, onde muitos necessitam adquirir conhecimento e aprendizagem, crianças, adolescentes e adultos com várias especialidades específicas chegam ao ensino superior sem estarem completamente alfabetizados, dificultando seu acesso as disciplinas e ao aprendizado. Para alfabetizar é necessário profissionais capacitados, estrutura adequada, materiais pedagógicos e tecnológicos adaptados a cada especialidade, parceria e apoio com familiares, para melhor desempenho do discente. Um dos métodos mais usados é o método fônico, onde se trabalha com o som das letras, facilitando o processo de aprendizagem e respeitando o limite de cada aluno. Ler e escrever é um direito, às vezes violado, devido aos inúmeros casos de déficit de aprendizagem escolar. Por essa razão está sendo cobrado da gestão mais comprometimento para com esses profissionais que acompanham o cotidiano de cada discente. Assim, observar e analisar cada discente é necessário para identificar alguma dificuldade e ajudar a sanar os mesmos.

Palavras-chave: Alfabetizar, aprendizagem, especialidade, inclusão social, MEC.

ABSTRACT

Summary

Literacy in Social Inclusion is hard work, there are many difficulties and obstacles to doing excellent work, where many need to acquire knowledge and learning, children, teenagers and adults with various specific specialties reach higher education without being completely literate, making their access difficult. subjects and learning. To teach literacy requires trained professionals, adequate structure, pedagogical and technological materials adapted to each specialty, partnership and support with family members, for better student performance. One of the most used methods is the phonic method, where we work with the sounds of letters, facilitating the learning process and respecting each student's limits. Reading and writing is a right, sometimes violated, due to numerous cases of school learning deficits. For this reason, management is being asked to provide more commitment to these professionals who monitor the daily lives of each student.

Keywords: Literacy, learning, specialty, social inclusion, MEC.

LISTA DE SIGLAS

NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
AEE	Atendimento Educacional Especializado
IS	Inclusão Social
TEA	Transtorno do Espectro Autista
MEC	Ministério da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
CGU	Controladoria – Geral da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2.1 INCLUSÃO SOCIAL: ALFABETIZAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL.....	121
2.2 ALFABETIZAÇÃO CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DE CADA DISCENTE ...	122
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
4 REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.8

Eixo Tecnológico: Necessidades Específicas dos alunos do IFTO de Gurupi - TO

Curso Técnico: Observação dos Atendimentos Educacional Especializado e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas – NAPNE, alunos do Ensino médio Integrado, Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos.

Disciplina: Atendimento Especializado com Necessidades Específicas Diferentes.

Tema: Inclusão Social: Alfabetização na Inclusão Social

Objetivo: Aprender e futuramente ensinar as técnicas usadas pelos dois tipos de atendimentos especializados.

Descrição das principais atividades desenvolvidas:

Observação dos momentos de Atendimento Educacional Especializado – AEE realizado no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE para estudantes com necessidades específicas diferentes (surdez, autismo, deficiência física e transtornos mentais).

Observação em sala de aula regular do curso Bacharelado em Engenharia Civil em que o estudante surdo está matriculado, para verificar adaptações e ações que promovem a acessibilidade do estudante.

1 INTRODUÇÃO

Nesta presente pesquisa trabalhamos a Inclusão Social, onde focaremos a alfabetização considerando as especificidades de cada discente. O tema tem grande importância, uma vez que ao se observar casos de adolescentes que estão no ensino médio ainda não sabem ler e escrever, sendo meros copistas. Verificamos vários alunos com dificuldades, principalmente adolescentes que estão cursando desde o ensino fundamental, até o ensino superior. O objetivo da presente intervenção é analisar os adolescentes e suas dificuldades, para melhor compreender e ajudar cada aluno, minimizando com o tempo as dificuldades apresentadas. A importância de planejar uma intervenção pedagógica sobre esse tema, é a cronologia das atividades. Desse modo, saberemos em qual fase os adolescentes terão mais ou menos dificuldades.

Assim, fora observado como os alunos se comportam em sala de aula, como é a didática dos professores, bem como analisamos quais alunos têm dificuldades e quais são as dificuldades dos mesmos.

2.1 INCLUSÃO SOCIAL: ALFABETIZAÇÃO NA INCLUSÃO SOCIAL

A alfabetização é uma das principais conquistas adquiridas nas séries iniciais dos anos escolares, é um trabalho lindo onde é usado a todo momento e para toda vida. Conforme Freire (1973):

” a alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Segundo o autor a alfabetização compreende o entendimento do que se lê e se escreve. É comunicar-se graficamente, implicando não em uma memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial, mas uma atitude de criação e recriação. (Freire,1973, apud Alferes, 2017, pág. 04).”

O Instituto Neuro Saber (Neurosaber, 2020) descreve em um artigo os desafios e os métodos da alfabetização para crianças autistas e demais especialidades:

A alfabetização no autismo é um desafio porque o grau de comprometimento no espectro é variado. Isso significa que uma criança pode falar, enquanto outra é completamente não verbal. Por esse motivo, o olhar individualizado é muito importante.

O professor deve conhecer as habilidades e dificuldades do seu aluno para então traçar as melhores estratégias de alfabetização. Outros cuidados também devem ser tomados, como:

- observar se existem comorbidades associadas no TEA;
- identificar se há a presença de deficiência intelectual;
- saber que mesmo a criança com TEA não verbal, pode se alfabetizar;
- conscientizar os pais sobre o processo de alfabetização;
- trabalhar sempre com instrução explícita e apoio visual”.

A metodologia fônica trabalha o som das letras, pois parte do pressuposto de que assim serão melhor assimiladas pelo cérebro. Muitas pesquisas a indicam como segura e altamente eficaz para alfabetização das crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Não é por acaso que a metodologia fônica é cientificamente comprovada, pois ela funciona. Esse método de alfabetização

respeita o desenvolvimento cerebral e cognitivo da criança, ou seja, a forma como ela aprende a ler e a escrever.

Por esse motivo, a metodologia fônica é a mais adequada para alfabetizar as crianças com autismo e também com outras especialidades.

A psicopedagoga Yasmin faz um trabalho belíssimo usando o método fônico, é um método que realmente tem eficácia e trabalha vários sentidos. Além de trabalhar a dicção dos pacientes, trabalha a memória e a audição.

2.2 ALFABETIZAÇÃO CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DE CADA DISCENTE

O projeto de intervenção é de grande importância, desde a análise de cada aluno e detectar as dificuldades apresentadas, até a prática profissional de cada profissional que acompanha os discentes. É de grande relevância o trabalho diário dos profissionais docentes, pois, o aprendizado é lento mais não é impossível. Cada discente tem seus limites, os quais são trabalhados em parceria com os demais docentes nas dificuldades apresentadas pelos alunos.

São trabalhados vários tipos de aprendizagem com os alunos surdos, mudos, autistas e deficientes físicos. A maioria deles chegaram no Instituto Federal do Tocantins sem a completa alfabetização dificultando seu acesso nas disciplinas dos cursos que estavam cursando. Podemos utilizar como exemplo um aluno surdo no curso de Engenharia Civil, que reprovou 3 (três) vezes em uma única disciplina. Ele não fora alfabetizado na língua de sinais, tampouco na língua escrita brasileira, sua segunda língua.

Sendo assim, a solução é observar e trabalhar as dificuldades dos alunos nas séries iniciais, para não interferir nos estudos futuros, no aprendizado ou atrapalhar a realização dos sonhos dos adolescentes de fazerem uma faculdade, sem tanto sofrimento ou discriminação.

Entendemos que nas series iniciais da Educação Infantil as crianças desenvolvem vários sentidos, aprendem os primeiros valores éticos, compartilhar com os colegas, letramento, soletração, leitura, interpretação, brincadeiras, jogos didáticos online ou físico. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC, 1998, p. 15) disponibilizado pelo Ministério da

Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental enfatiza vários princípios

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Sabemos também que a tecnologia é uma grande aliada, se usada com sabedoria e conhecimento, muitos evoluíram para um nível maior de conhecimento e aprendizagem, fazendo com que várias pessoas sejam adeptas a esse meio tecnológico que transforma vidas, pois conhecimento nunca é demais, ou tarde para se adquirir.

Diante das especificidades de cada aluno, podem ser usados vários métodos, dentre os quais podemos citar os jogos de memória, alfabeto em libras e em português, criação de sinais em libras, leitura e interpretação de texto, pesquisas via internet e via anotações de aulas anteriores. A linguagem para cada especificidade é diversificada, adequada para cada aluno. No entanto, a dificuldade de aprendizagem é grande, manter o foco deles para as atividades é um trabalho árduo, a persistência dos professores faz com que muitos se sobressaem e colham bons frutos.

É importante destacar a falta de compromisso dos gestores das unidades educacionais em buscar mais informações, melhorias, profissionais capacitados, capacitação para os envolvidos, materiais pedagógicos adaptados, tecnologias e estrutura para melhor aprendizagem dos discentes.

Conforme importantes dados obtidos segundo pesquisas desenvolvidas pela Maria Helena G. de Castro no site desafios da educação (G. de Castro, 2019):

Com 10,4 milhões de alunos, as redes municipais concentram 83% dos alunos da rede pública nos anos iniciais. Investir na melhoria da gestão pedagógica dos currículos, assegurar a plena alfabetização até o final do 2º ano e priorizar a formação de professores são os grandes desafios para a melhoria da equidade e da qualidade.

Avaliações recentes mostram que a alfabetização ainda é um problema não resolvido. De acordo com dados do Inep, mais de 50% das crianças não estão alfabetizadas no final do 3º ano do ensino fundamental. No Norte e no Nordeste, esse percentual chega a 70%, ou seja, são milhares de crianças que terão dificuldades de aprendizagem, e muitas delas provavelmente abandonarão a escola sem concluir o ensino médio.

Conforme dados acima mencionados é necessário priorizar a alfabetização das crianças e a qualificação dos professores, para reverter esses dados assustadores de crianças não alfabetizadas.

É importante ressaltar também que é burocrático a aquisição de qualquer objeto ou prestação de serviço, devido a autuação de processos licitatórios/processos administrativos, para oferecer um produto ou serviço de qualidade e prestar contas para os órgãos de controles internos/externos e gestores das pastas administrativas. Segundo o Portal da Transparência, Controladoria – Geral da União (CGU, 2021), há normas para adquirir um objeto para os órgãos Municipais, Estaduais e Federais;

As normas da Lei nº 14.133/2021 aplicam-se às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

- os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;
- os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias não são abrangidas por esta Lei, possuindo regramento próprio na Lei nº 13.303/2016 – Lei das Estatais.

[Por que licitar? \(Lei nº 14.133/2021, Art. 11\)](#)

São objetivos da licitação:

- assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Fases (Lei nº 14.133/2021, Art. 17)

A fim de alcançar os objetivos e a lisura do processo, a legislação define uma série de procedimentos que podem ser sintetizados nas seguintes fases:

- 1º. Preparatória;
- 2º. De divulgação do edital de licitação;
- 3º. De apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- 4º. De julgamento;
- 5º. De habilitação;
- 6º. Recursal;
- 7º. De homologação.

Contudo, a burocracia atrasa o procedimento de aprendizagem, para eles que precisam adquirir conhecimento, aprendizagem e serem alfabetizados é uma corrida contra o tempo, a cada dia que passa é um desespero para eles.

Normalmente as pessoas que tem essas dificuldades de aprendizagem são nervosas e ansiosas, precisam de atenção diferenciada, por isso a necessidade de um profissional para acompanhá-los.

O trabalho com essas especialidades é em parceria com os familiares. Sem o apoio, auxílio e acompanhamento destes aos discentes o resultado é demorado. O incentivo da família tem valor significativo no processo de aprendizagem

É comum, porém, não deveria ser normal, um adolescente estar cursando o ensino médio ou curso superior e não ser adequadamente alfabetizado, caso ocorra esse fato alguém errou por não observar e identificar essa falha no ensino. Todavia, o discente não ficou reprovado em nenhum ano de seus estudos, ele sempre foi copista, por isso que dava a impressão falsa de que era alfabetizado. É lamentável que o ensino esteja assim, pois há tantos investimentos e repasses para as esferas Municipais, Estaduais e Federais, deveria ter um olhar diferenciado e humano para essa demanda pedagógica. O olhar da sociedade

para as pessoas com especialidades não é admirável, é muito preconceito e discriminação envolvido, vergonhoso essa atitude.

É comprovado que a educação transforma vidas, portanto é de suma importância que todos se envolvam nessa causa, que é de amor, ensinamento, aprendizagem, valorização, respeito, diversidade, reconhecimento, acessibilidade e empatia.

Consta no site do Ministério da Educação – MEC (MEC, 2007), vários catálogos de publicações, enfatizando a abordagem do professor desde a chegada do aluno com a especialidade específica até o momento das atividades educacionais. Ou seja, consta nos currículos de muitos professores essa profissionalização, falta apenas boa vontade, profissionalismo, dedicação, empatia e sabedoria.

Os materiais disponibilizados pelo MEC são muito ricos em informações, cabe aos profissionais buscar conhecimento e agregar, renovando seu método de ensino.

Segundo um catálogo do MEC, de Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental (Mota, Egler, 2006), declara que;

Ora, se a escola comum tem como compromisso difundir o saber universal, certamente terá de saber lidar com o que há de particular na construção desse conhecimento para alcançar o seu objetivo. Mas ainda assim, terá limitações naturais para tratar com o que há de subjetivo nessa construção com alunos com deficiência, principalmente com a deficiência mental.

Constatando que independente das limitações, todos sem exceção tem direito a alfabetização. Porém, 56,4% das crianças brasileiras não estão alfabetizadas, é de conhecimento público o resultado da pesquisa divulgada pela Alfabetiza Brasil, do Ministério da Educação - MEC (INEP, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que há muito trabalho para com as crianças, adolescentes e adultos com dificuldade de aprendizagem e especialidades específicas, e não há estrutura e tecnologia suficiente para desenvolver atividades para todas as especialidades, segundo pesquisas desenvolvidas pela Maria Helena G. de Castro no site desafios da educação, menciona que no Norte e no Nordeste 70%, ou seja, milhares de crianças terão dificuldades de aprendizagem, e muitas delas provavelmente abandonarão a escola sem concluir o ensino médio.

Não há, também, profissionais capacitados para suprir a necessidade dessas especialidades, são tantos casos de déficits de aprendizagem, conforme divulgação no site do INEP. Porém, não há compromisso da gestão municipal, estadual e federal para cuidar desse novo ensino diferenciado/diversificado, 56,4% das crianças não estão alfabetizadas conforme dados informados pelo site do MEC, esses dados são rotineiros, passa anos e anos e nada é feito para mudar essa situação.

É de grande relevância enfatizar que a alfabetização seja disponível a todas as pessoas, independente de cada especialidade, raça, cor, etnia, classe social e sem limite de idade, educação é para todos.

4. REFERÊNCIAS

Alferes, M.A; Alfabetização e letramento: Tecendo relações com o pensamento de paulo freire, 2017. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170601130727.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2023.

NEURO SABER; Métodos de alfabetização: qual o mais adequado às crianças autistas? 2020. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/metodos-de-alfabetizacao-qual-o-mais-adequado-criancas-autistas>. Acesso em: 25 dez. 2023.

Ministério da educação e do desporto, secretaria de educação fundamental. — Brasília; MEC/SEF; Referencial curricular nacional para a educação infantil 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

G. de Castro, M.H; Desafios da educação,2019. Disponibilizado em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/qualidade-equidade-educacao-basica>. Acesso em: 02 jan. 2024.

Portal da Transparência, Controladoria – Geral da União, Licitações e contratos, 2021. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/licitacoes-e-contratacoes>. Acesso em: 02 jan. 2024.

Ministério da Educação – MEC; Catálogo de Publicações, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/192-secretarias-112877938/seesp-eseducacao-especial-2091755988/12625-catalogo-de-publicacoes>, 2007. Acesso em: 02 jan. 2024

Mota, Cristina Abranches Batista;Teresa, Maria Egler Mantoan; Educação inclusiva - Atendimento educacional especializado para a deficiência mental, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep; Governo Federal lança Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/governo-federal-lanca-compromisso-nacional-crianca-alfabetizada>. Acesso em 28 dez. 2023.